

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I

1 Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da
República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos que
a nova forma de governo deveria seguir. Em uma rápida
4 olhada, identificam-se dois grupos que defendiam diferentes
formas de se exercer o poder da República: os civis e os
militares. Os civis, representados pelas elites das principais
7 províncias — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio
Grande do Sul —, queriam uma república federativa que desse
muita autonomia às unidades regionais. Os militares, por outro
10 lado, defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à
autonomia buscada pelos civis. Isso sem mencionar as
acirradas disputas internas de cada grupo. Esse era um quadro
13 que demonstrava a grande instabilidade sentida pelos cidadãos
que viveram naqueles anos. Mas havia cidadãos?

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como
16 cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados.
Podiam votar os cidadãos com mais de vinte e um anos de
idade que tivessem se alistado conforme determinação legal.
19 Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira
eleição para presidente da República, votaram 2,2% da
população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido
22 o critério censitário e adotado o voto direto, a participação
popular continuou sendo muito baixa em virtude,
principalmente, da proibição do voto dos analfabetos e das
25 mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns
instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles
28 alterou profundamente o processo eleitoral da época. As
principais alterações promovidas na legislação contemplaram
o fim do voto censitário e a manutenção do voto direto. Essas
31 modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão
prática, já que o voto ainda era restrito — analfabetos e
mulheres não votavam — e o processo eleitoral continuava
34 permeado por toda sorte de fraudes.

Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles e Amanda Camylla Pereira.
Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior
Eleitoral, 2014, p. 27-8. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

De acordo com as ideias veiculadas no texto I,

- 1 os instrumentos legais acerca da legislação eleitoral que surgiram logo após a promulgação da Constituição de 1891 tinham os objetivos de ampliar a parcela votante da população e diminuir as fraudes ocorridas durante o processo eleitoral, mas fracassaram nesses aspectos.
- 2 o fim do voto censitário e a manutenção do voto direto foram importantes porque denotaram a preocupação do governo com o povo e constituíram o início do processo democrático no Brasil.
- 3 nos primeiros anos após a Proclamação da República, os civis e os militares discordavam quanto à autonomia que deveria ser dada pelo governo às unidades regionais.
- 4 a instabilidade observada nos anos que se seguiram à Proclamação da República deveu-se ao súbito ganho de poder dos civis, o que, de acordo com o texto, gerou acirradas disputas com os militares, tradicionais detentores do poder.

Julgue os itens que se seguem, acerca das estruturas linguísticas do texto I.

- 5 Caso as vírgulas que isolam o trecho “representados (...) do Sul —” (ℓ. de 6 a 8) fossem suprimidas, a correção gramatical do texto seria mantida, mas o seu sentido original seria alterado.
- 6 A inserção de vírgula logo após “Mas” (ℓ.14) não prejudicaria a correção gramatical do texto, pois, nesse caso, a utilização da vírgula é de caráter facultativo.
- 7 O trecho “votaram 2,2% da população” (ℓ. 20 e 21) poderia, sem prejuízo gramatical ou de sentido para o texto, ser reescrito da seguinte forma: 2,2% da população votou.
- 8 O trecho “que se seguiram à Proclamação” (ℓ.1) poderia ser reescrito, sem alteração da ideia original nem prejuízo gramatical, da seguinte forma: que seguiram a Proclamação.

Texto II

1 Segundo a Constituição Federal, todo poder emana do
povo e por ele será exercido, quer de maneira direta, quer por
intermédio de representantes eleitos. Essa afirmação, dentro do
4 espírito do texto constitucional, deve ser interpretada como
verdadeiro dogma estabelecido pelo constituinte originário,
mormente quando nos debruçamos sobre o cenário político dos
7 anos anteriores à eleição dos membros que comporiam a
Assembleia Constituinte que resultou na Carta de 1988.

Em expedita sinopse, é possível perceber que, após
10 longo período de repressão à manifestação do pensamento, o
povo brasileiro ansiava por exercer o direito de eleger os seus
representantes com o objetivo de participar direta ou
13 indiretamente da formação da vontade política da nação.

Dentro desse contexto, impende destacar que os
movimentos populares que ocorreram a partir do ano de 1984,
16 que deram margem ao início do processo de elaboração da
nova Carta, deixaram transparecer de maneira cristalina aos
então governantes que o coração da nação brasileira estava
palpitante, quase que exageradamente acelerado, tendo em
19 vista a possibilidade de se recuperar o exercício do poder, cujo
titular, por longo lapso, deixou de ser escolhido pelo povo
22 brasileiro.

Em meio a esse cenário, foi elaborado o texto
constitucional, que, desde então, recebeu a denominação de
25 Constituição Cidadã. O art. 14 desse texto confere ênfase à
titularidade do poder para ressaltar que “A soberania popular
é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto,
28 com valor igual a todos”, deixando transparecer que a intenção
da Lei Maior é fazer que o povo exerça efetivamente o seu
direito de participar da formação da vontade política.

Fernando Marques Sá. Desaprovação das contas de campanha do
candidato – avanço da legislação para as eleições de 2014. In:
Estudos Eleitorais. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Vol. 9, n.º 2,
2014, p. 52-3. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

Conforme as ideias do texto II,

- 9 a Constituição Federal de 1988 é denominada de Constituição Cidadã por conferir ênfase à titularidade do exercício do poder pelo povo, como se pode observar no texto do artigo 14 da Carta Magna.
- 10 foi necessária a promulgação da Carta Magna de 1988 para que o exercício do poder pelo povo virasse realidade.

Com referência às estruturas linguísticas do texto II, julgue os próximos itens.

- 11 A substituição da expressão “mormente” (ℓ.6) por **sobretudo** manteria a correção e o sentido do texto.
- 12 As formas verbais “ocorreram” (ℓ.15), “deram” (ℓ.16) e “deixaram transparecer” (ℓ.17) estão ligadas ao mesmo termo, que, nos dois primeiros casos, é retomado pelo pronome “que”: “os movimentos populares” (ℓ. 14 e 15).
- 13 O trecho “a possibilidade de se recuperar” (ℓ.20) equivale, em sentido, ao trecho seguinte: a possibilidade de que se recuperasse.
- 14 No trecho “Em meio a esse cenário” (ℓ.23), a inserção de sinal indicativo de crase no “a” acarretaria prejuízo à correção gramatical do texto.
- 15 A forma verbal “deixando transparecer” (ℓ.28) retoma o sujeito “O art. 14 desse texto” (ℓ.25).
- 16 O termo “cenário” (ℓ.23) alude ao “longo período de repressão à manifestação do pensamento” (ℓ.10).

Texto III

Muitos ilícitos penais praticados no universo do sistema eleitoral revelam gravidade ofensiva muito maior do que a grande maioria dos crimes previstos no Código Penal e em leis especiais. Essa constatação resulta da pluralidade dos bens jurídicos afetados e da densidade das ofensas. A coação para a obtenção do voto, a falsificação de documento de interesse eleitoral, a ofensa à honra durante a campanha e outras modalidades típicas dos crimes submetidos à jurisdição eleitoral (próprios ou impróprios) revelam consequências danosas de maior repercussão social mesmo quando, previstas somente no Código Penal e em leis especiais, atentem contra bens e interesses coletivos (incolumidade, administração pública etc.).

Vejamos, no parágrafo a seguir, o que nos diz José de Alencar em texto memorável a respeito do sufrágio:

O voto não é, como pretendem muitos, um direito político; é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional; é o cidadão. Na infância da sociedade, a vida política absorvia o homem de modo que ele figurava exclusivamente como membro da associação. Quando a liberdade civil despontou, sob a tirania primitiva, surgiu para a criatura racional uma nova existência, muito diversa da primitiva; tão diversa que o cidadão livre se tornava, como indivíduo, propriedade de outrem. Para designar essa fase nova da vida, inteiramente distinta do cidadão, usaram da palavra, pessoa — *persona*. O voto desempenha atualmente em relação à vida política a mesma função. A sociedade moderna, ao contrário da antiga, dedica-se especialmente à liberdade civil; nações onde não penetrou ainda a democracia já gozam da inviolabilidade dos direitos privados. Absorvido pela existência doméstica, e pelo interesse individual, o homem não se pode entregar à vida pública senão periodicamente e por breve espaço. Empregando, pois, o termo jurídico em sua primitiva acepção, o voto exprime a pessoa política, como outrora a propriedade foi a pessoa civil, isto é, uma face da individualidade, a face coletiva.

Reforma eleitoral: delitos eleitorais, prestação de contas (partidos e candidatos), propostas do TSE. — Brasília: SDI, 2005, p. 34-5. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

Cada um dos itens a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto III — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

- 17 “Essa constatação (...) densidade das ofensas” (ℓ. 4 e 5): Essa constatação acarreta na pluralidade dos bens jurídicos afetados e na densidade das ofensas
- 18 “A coação (...) repercussão social” (ℓ. de 5 a 10): A coação para a obtenção do voto e para a falsificação de documento de interesse eleitoral, a ofensa à honra durante a campanha e outras modalidades típicas dos crimes submetidos à jurisdição eleitoral (próprias ou impróprias) revelam consequências danosas de maior repercussão social

- 19 “O voto não é, (...) é o cidadão” (ℓ. de 16 a 18): O voto não é um direito político, como pretendem muitos, o voto é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional, o voto é o cidadão
- 20 “Quando a liberdade (...) diversa da primitiva” (ℓ. de 20 a 22): Quando a liberdade civil despontou surgiu para a criatura racional, sob a tirania primitiva, uma nova existência, muito diversa da primitiva
- 21 “O voto (...) a mesma função” (ℓ. 26 e 27): Atualmente, o voto desempenha a mesma função em relação à vida política
- 22 “Empregando, pois, (...) a face coletiva” (ℓ. de 32 a 36): Pois, empregando o termo jurídico em sua primitiva acepção, o voto exprime a pessoa política, como outrora a propriedade foi a pessoa civil, — isto é, uma face da individualidade, a face coletiva

Xxx. 1032/SeTec

Goiânia, 15 de janeiro de 2015.

Ao Senhor Chefe do Setor de Documentação

Assunto: **Oficinas de apresentação do novo sistema operacional**

1. Como é sabido, recentemente adquirimos um novo sistema operacional. Como se trata de um sistema muito diferente do anterior, informo a Vossa Senhoria que o Setor de Tecnologia (SeTec) oferecerá, entre os dias 26 e 30 de janeiro deste ano, uma série de oficinas práticas para apresentação desse novo sistema aos funcionários.

2. Por essa razão, solicito que, no período acima indicado, Vossa Senhoria libere todos os funcionários do seu setor duas horas antes do fim do expediente para que eles possam frequentar as oficinas.

3. Devo mencionar, por fim, que a participação dos funcionários nas oficinas é obrigatória, pois o novo sistema já entrará em funcionamento no dia 20 de julho do corrente ano. Nessa data, todos já deverão conhecê-lo e saber como operá-lo.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

[nome do signatário]

Chefe do Setor de Tecnologia

Com base no disposto no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem, a respeito da correspondência oficial hipotética Xxx. 1032/SeTec, anteriormente apresentada, na qual o remetente e o destinatário são funcionários de igual nível hierárquico de um mesmo órgão da administração pública.

- 23 De acordo com as informações apresentadas, é correto afirmar que essa comunicação é um memorando. Por esse motivo, em lugar de “Xxx.,” no início do expediente, deveria constar a abreviação **Mem.**
- 24 A numeração dos três parágrafos que compõem o texto é opcional.
- 25 São propósitos comunicativos do texto oficial em questão informar sobre as oficinas de apresentação do novo sistema operacional e solicitar a liberação dos funcionários do setor de documentação para sua participação nessas oficinas.
- 26 Dada a presença, no texto, do pronome de tratamento “Vossa Senhoria”, estaria adequada a substituição, no segundo parágrafo da correspondência em apreço, da forma verbal “libere” por **libereis** e do trecho “todos os funcionários do seu setor” por **todos os funcionários do vosso setor**.
- 27 O segundo período do primeiro parágrafo do texto poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Como esse sistema difere muito do anterior, informo Vossa Senhoria de que o Setor de Tecnologia (SeTec) oferecerá, entre os dias 26 e 30 de janeiro deste ano, uma série de oficinas práticas para apresentação desse novo sistema aos funcionários.

28 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Finalmente, consigno que é obrigatório que haja participação nas oficinas de todos os funcionários, uma vez que o já novo sistema começará a funcionar no dia 20 de julho deste ano.

Julgue os itens a seguir, a respeito de noções de sistema operacional.

29 No Windows 8.1, o acesso aos programas e configurações ocorre por meio de ícones existentes na área de trabalho, a partir do toque na tela nos dispositivos *touch screen*, uma vez que, nesse *software*, foram eliminados o painel de controle e o menu Iniciar.

30 No Linux, o comando `cd /etc/teste` cria o diretório `teste` dentro do diretório `/etc`.

Julgue os próximos itens, acerca da edição de textos e planilhas.

31 No BrOffice Calc 3, a opção Atingir Metas do menu Ferramentas permite formatar de maneira condicional a cor de uma célula (fundo e fontes), ao se atingir determinado valor ou meta.

32 No BrOffice Writer 3, a opção Marcador do menu Inserir permite que o fundo de um texto seja pintado com cor diferenciada, de forma similar a um marcador de texto.

No que se refere a redes de computadores, julgue os itens seguintes.

33 No Google Chrome, é possível sincronizar, entre outros, marcadores, extensões da Web e histórico, a partir da iniciação de uma sessão no Chrome.

34 A topologia de uma rede refere-se ao leiaute físico e lógico e ao meio de conexão dos dispositivos na rede, ou seja, como estes estão conectados. Na topologia em anel, há um computador central chamado *token*, que é responsável por gerenciar a comunicação entre os nós.

Julgue o item a seguir, a respeito de organização e de gerenciamento de arquivos.

35 No Linux, todo arquivo executável tem como extensão o sufixo `.exe`.

Acerca de procedimentos de segurança e de ensino a distância, julgue os itens subsequentes.

36 Quanto à segurança da informação, sugere-se que se crie um disco de recuperação do sistema, assim como se desabilite a autoexecução de mídias removíveis e de arquivos anexados.

37 Em apoio à visão construcionista social, o *software* de ensino a distância Moodle, em sua versão 2.8, conta com atividades projetadas para permitir que os alunos controlem o conteúdo comum, tais como fóruns, *wikis*, glossários, bancos de dados e mensagens.

38 *Botnet* é uma rede formada por inúmeros computadores zumbis e que permite potencializar as ações danosas executadas pelos *bots*, os quais são programas similares ao *worm* e que possuem mecanismos de controle remoto.

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

39 Joaquim, analista judiciário do TRE/GO, solicitou licença por motivo de doença em pessoa da família em razão do quadro clínico de saúde de sua sobrinha. Nessa situação, é possível a concessão da referida licença ao servidor.

40 Caio, analista judiciário do TRE/GO, está em gozo de licença para tratar de interesses particulares. Nessa situação, a referida licença pode ser interrompida, a qualquer tempo, se for de interesse do tribunal.

41 Flávia, analista judiciária do TRE/GO, acumula licitamente o cargo de analista e um cargo de professora na rede pública de ensino em Goiânia. Por sua competência, foi convidada a ocupar cargo em comissão no governo estadual de Goiás. Nesse caso, para ocupar o cargo em comissão, Flávia deve afastar-se dos dois cargos efetivos.

42 Luana, analista judiciária do TRE/GO, tem procedido de forma desidiosa no exercício de suas atribuições. Nessa situação, Luana comete transgressão disciplinar e está sujeita à pena de demissão do serviço público.

43 O TRE/GO recebeu denúncias sobre supostas irregularidades praticadas por José, um de seus analistas judiciários. Nessa situação, ainda que os atos atribuídos a José não configurem evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a autoridade responsável do tribunal deve determinar a instauração de processo administrativo disciplinar.

44 Ana, que está em licença por afastamento de seu marido, e Júlio, que está de férias, são servidores do TRE/GO e foram nomeados para ocupar cargos na administração pública federal. Nessa situação, as posses dos dois servidores em seus novos cargos devem ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação dos respectivos atos de provimento nos cargos.

45 Pedro, analista judiciário, tomou posse no TRE/GO em 10/10/2011; Gilson, outro analista do tribunal, que havia sido demitido do serviço público, foi reintegrado ao cargo, já ocupado por Pedro, em dezembro de 2014. Nessa situação, o cargo deve passar a ser novamente ocupado por Gilson, e Pedro deve ser redistribuído.

46 Pablo, técnico judiciário do TRE/GO, recebe mensalmente adicional de qualificação por ter concluído curso de mestrado na sua área de atuação. Nessa situação, os valores recebidos por Pablo pela referida qualificação incorporam-se ao seu vencimento.

Tendo como referência as disposições do Regimento Interno do TRE/GO, julgue os itens subsequentes.

47 Os julgamentos de agravo regimental e de embargos declaratórios no TRE/GO são realizados de acordo com a pauta publicada no Diário da Justiça Eletrônico, com antecedência mínima de vinte e quatro horas. Entretanto, quando se tratar de matéria administrativa e de *habeas corpus*, não há necessidade de publicação de pauta.

48 Considere que o juiz de uma zona eleitoral pretenda indicar ao presidente do TRE/GO serventário para exercer a função de chefe de cartório. Nessa situação, sua indicação pode ser tanto de um técnico judiciário quanto de um analista judiciário, já que ocupantes de ambos os cargos podem exercer a função.

49 A distribuição de um *habeas corpus* para certo relator resulta na prevenção desse relator com relação a todas as ações e recursos posteriores referentes ao mesmo processo.

No que se refere à ética no serviço público, julgue o item a seguir.

50 Considere que um servidor público tenha deixado, sem justo motivo, muitas pessoas à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, o que resultou na formação de longas filas e atraso na prestação do serviço. Nessa situação, a atitude do servidor, além de ter sido contra a ética, pode ser caracterizada como de grave dano moral aos usuários do serviço público.